

Contraceção de Emergência na Rede Municipal de Saúde do Recife

Sueli Valongueiro Alves [Grupo Curumim] Ana Bernarda Luderemir [DMS/UFPE], Claudia Soares M. Ribeiro [Grupo Curumim]
contatos: curumim@elogica.com.br

O compromisso do Brasil assumido na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, Cairo - 1994, implica na implementação de políticas voltadas à saúde e aos direitos reprodutivos das adolescentes, entre elas fomentar a educação, a informação e os cuidados com a saúde reprodutiva e com a redução da gravidez na adolescência.

A Contraceção de Emergência é um direito e o único recurso que pode ser usado após uma relação sexual desprotegida como estratégia na prevenção da gravidez indesejada / não planejada, ao abortamento inseguro e à morbimortalidade materna. Portanto, deve ser do conhecimento de todos e todas os/as profissionais da saúde, principalmente nos serviços de atendimento às mulheres e adolescentes em situação de violência, no Programa de Saúde do Adolescente (PROSAD) e nas equipes do Programa de Saúde da Família (PSF).



Um estudo transversal foi conduzido na rede municipal de saúde do Recife, no período de agosto a setembro de 2003, para investigar as informações dos profissionais de saúde sobre a contraceção de emergência e a sua distribuição às mulheres e adolescentes. A população do estudo foi composta por todos os médicos(as), enfermeiros(as), assistentes sociais, psicólogos(as) e profissionais da farmácia que trabalhavam nas unidades de saúde da família, no PROSAD e nos centros de referência para adolescentes em situação de violência.

Dos profissionais que afirmaram conhecer a Contraceção de Emergência:

- 91,1% reconheciam como um direito das mulheres e adolescentes;
- 85,2% nunca prescreveram;
- 18,0% consideravam a CE abortiva;
- 89,9% indicavam CE em caso de estupro;
- 57,6% indicavam CE em qualquer relação sexual desprotegida;
- 47,7% conheciam existência da CE nos locais de trabalho;
- 43,7% divulgavam o método;
- 32,6% dirigiam as informações às adolescentes;
- 34,5% dirigiam as informações às mulheres adultas;
- 14,8% faziam divulgação através de folhetos;
- 34,6% dos que afirmavam conhecer o mecanismo de ação o descreveram corretamente;
- 49,9% desconheciam efeitos colaterais.

Os resultados apontam para a necessidade de discussão política sobre a disponibilidade da CE, com os gestores e profissionais nos serviços de saúde, para a socialização de informações técnicas dirigida as/os profissionais e para conscientização da população sobre este direito.



Apoio

THE PACIFIC INSTITUTE FOR WOMEN'S HEALTH

Parceria



Realização

